
PREFÁCIO

No início dos anos 2000, provavelmente em meados de 2001, encontrei-me com o professor Marcus Eugênio Lima na porta do auditório de uma universidade da Região Sul do Brasil para assistirmos a abertura de um grande congresso nacional de Psicologia Social. Estávamos muito entusiasmados porque o momento mais esperado daquela noite era uma mesa redonda que reunia alguns dos principais pesquisadores da Psicologia Social brasileira sobre o tema das desigualdades sociais, o que incluía os preconceitos, os racismos e as diversas modalidades de exclusão social. Eram justamente os temas de nossos interesses mais imediatos. Realmente, naquele ano Marcus Eugênio Oliveira Lima estava a concluir o seu doutorado em Psicologia Social no Instituto Universitário de Lisboa, onde desenvolveu, sob a orientação de Jorge Vala, uma tese sobre a influência de normas sociais na infra-humanização de pessoas negras no Brasil e em Portugal. Influenciado por essa tese, eu estava iniciando com os professores Leoncio Camino e Ana Raquel Torres uma linha de pesquisa sobre a face oculta do racismo no Brasil e a sua relação com a expressão dissimulada do preconceito racial. Por essa razão, os nossos interesses convergiam diretamente para a discussão que havia sido prometida na divulgação daquela mesa redonda. Ao concluírem as discussões e encerrarem a sessão, notamos, um no outro, um

semblante de profunda decepção e desilusão. Mais do que isto, estávamos verdadeiramente perplexos.

Questionamo-nos sobre o que poderia ter acontecido naquele evento organizado e composto por psicólogos sociais para discutirem um dos temas mais estudados pela Psicologia Social, que explicasse o fato de nenhuma menção ter sido feita à longa e consolidada tradição de pesquisa empírica e de teorias propostas pelos psicólogos sociais em várias partes do mundo. O nosso espanto se dava porque essas teorias eram amplamente reconhecidas e validadas para explicar fenômenos como preconceito, racismo, discriminação e várias formas de expressão das desigualdades sociais. Ao contrário, a mesa discutiu com bastante pertinência algumas das características da manifestação das relações de poder que motivam a exclusão social de grupos minoritários no Brasil. Porém, nenhuma palavra foi ouvida sobre as teorias que conhecíamos, nem o nome de alguns dos principais teóricos sobre o tema foi mencionado. Poderiam ter surgido referências a Gordon Allport, Kurt Lewin, Thomas Pettigrew, Muzafer Sherif, Henri Tajfel, dentre tantos outros. Também as principais questões colocadas no estado-da-arte sobre o tema não foram ventiladas. No entanto, parece que um de nós terá escutado o nome “Moscovici”, mas não a propósito da sua teoria sobre as minorias ativas, a qual seria mais pertinente para o tema em discussão. Naquele momento começávamos a notar que “a nudez da realeza estava a descoberta nos trópicos”, ao menos no que tocava à Psicologia Social. Comentamos, mas apenas entre nós dois: “uma mesa sobre esses temas sem citar ao menos Muzafer Sherif não pode ter sido uma mesa de Psicologia Social”. Hoje percebo que estávamos a profetizar. De fato, em 2013, Celso Pereira de Sá constatou que a Psicologia Social brasileira tinha sido até então uma “Psicologia sem psicologia”.

A contradição da “Psicologia sem psicologia” tem sido transversal aos temas de estudos da Psicologia Social praticada no Brasil. Por razões relacionadas com contingências históricas e políticas, essa contradição ocorreu porque os professores designados para lecionar essa disciplina optaram por promover, desde os finais dos anos de 1970, o ensino de uma Psicologia Social com conteúdos diferentes daqueles ensinados na Europa, na Oceania, na Ásia, na África, na América do Norte e em parte da América Latina. Foram muitos os esforços para a construção de uma Psicologia Social de matriz fundamentalmente brasileira e vocacionada para a resolução dos problemas nacionais mais críticos e urgentes. Passou-se então a substituir o ensino das teorias psicológicas pela discussão do pensamento de alguns filósofos e sociólogos, sobretudo europeus, que não necessariamente compunham o *mainstream* do pensamento teórico-filosófico

em seus países de origem, mas que tinham despertado o interesse e estimulado a quase idolatria de psicólogos em formação no Brasil. Do ponto de vista metodológico, o ensino dos métodos e técnicas de pesquisa tendeu a se afastar daqueles construídos ao longo da história do desenvolvimento da Psicologia Social Clássica, os quais atualmente têm vindo a ser adotados pelas Ciências Sociais difundidas internacionalmente. Aproximaram-se mais de proposições que dão menos relevância à pesquisa orientada para o teste e análise da adequação de teorias e modelos analíticos sobre os temas que definem o estado-da-arte na Psicologia Social.

A consequência mais marcante desse fenômeno foi a formatação de um *establishment* do pensamento psicossocial promovido nos espaços de maior divulgação da Psicologia Social no Brasil. Esse pensamento pode ser caracterizado pela proposição de práticas psicológicas sem um enquadramento teórico bem delimitado no contexto da Psicologia Social e pela adoção de orientações epistemológicas e métodos de pesquisa que se distanciam daqueles que caracterizam o desenvolvimento, a relevância e a liderança que a Psicologia Social tem assumido nos espaços internacionais. É nesse contexto que tenho defendido que tal *establishment* promovido nos espaços de atuação e discussão do que se tem nomeado Psicologia Social Brasileira já adquiriu massa crítica suficiente para reivindicar ser uma disciplina autônoma, diferente e mesmo antagônica à Psicologia Social nas ciências psicológicas.

Essa discrepância está presente muito explicitamente no estudo do preconceito e do racismo. Existe uma enorme lacuna que aos poucos tem sido preenchida no pensamento nacional sobre as características, causas e consequências desses fenômenos para uma compreensão aprofundada das desigualdades sociais que minam as relações sociais no Brasil. Essa lacuna verifica-se não apenas nos artigos publicados em periódicos científicos, mas também nas obras monográficas sobre a psicologia social dedicada à análise das questões teóricas e metodológicas que permeiam o estudo mais específico sobre o preconceito e o racismo. Tínhamos, entretanto, duas obras muito importantes de introdução que nos ofereciam uma primeira aproximação aos estudos desses temas. Uma delas é o livro “Preconceito: Indivíduo e Cultura”, no qual José Leon Crochík (1995) analisa o problema da relação entre o preconceito e autoritarismo, situando-o no contexto Teoria da Personalidade Autoritária desenvolvida por Theodor Adorno nos anos de 1950. A outra obra é um livro intitulado “Psicologia social do racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil”, organizado por Iray Carone e Aparecida Bento (2002), no qual apresentam os resultados de um

projeto de pesquisa desenvolvido com a colaboração de seus orientados sobre o problema do racismo e branqueamento. De fato, ainda não tínhamos um livro publicado no Brasil, e escrito por um psicólogo social, que nos apresentasse de forma integrada as principais abordagens teóricas e a diversidade metodológica de estudo do preconceito e do racismo na Psicologia Social.

É nesse contexto, e pelos motivos históricos que acima referi, que considero um passo enorme para superar essa lacuna, além de ser um marco simbólico importante para a Psicologia Social brasileira, a publicação da obra “Psicologia Social do Preconceito e do Racismo” de Marcus Eugênio Oliveira Lima, um dos grandes expoentes da Psicologia Social e renomado pesquisador das mais variadas formas de manifestação de preconceito e racismo na sociedade brasileira. É pioneiro no cenário nacional ao discutir os temas recorrendo à literatura da psicologia social clássica, mas sem desprezar a contribuição da sociologia, da ciência política e da filosofia. É um livro de psicologia social com psicologia, isto é, com teorias e estudos realizados por psicólogos sociais mundialmente reconhecidos.

A obra surge num contexto histórico muito especial e pertinente para a análise das consequências do racismo e do preconceito nas relações sociais. As pessoas, na grande maioria dos países, estão em confinamento social forçado tentando se proteger da contaminação pelo novo coronavírus e evitar a disseminação da COVID-19. É como se estivéssemos a viver num grande laboratório de psicologia social em escala mundial. Num contexto como este, no qual estão a ser anunciadas consequências de dimensões apocalípticas para a vida social, saltam aos olhos exemplos da manifestação de atos discriminatórios, teorias conspiratórias xenófobas, eleições de bodes-expiatórios, disseminação do pânico e sentimentos de ameaça intergrupala, depressão econômica, aumento da desconfiança interpessoal, dissolução de identidade pessoal e social, instabilidade emocional, sentimento de anomia generalizada, estereotipização e pensamentos negativos automáticos sobre aquelas pessoas percebidas como diferentes do padrão estabelecido num *status quo* difuso. São aspectos aos quais os atores sociais facilmente recorrem como se fossem critérios válidos, ou justificações legítimas, para hierarquizar as pessoas consoante o valor social dos grupos a que pertencem.

A isto somam-se as tensões políticas e sociais decorrentes do contexto brasileiro atual, caracterizado por um governo protofascista. Estes são alguns exemplos das manifestações psicossociais decorrentes da forma como pensamos e nos posicionamos no mundo, da estrutura e do conteúdo das relações que mantemos

com os outros e das ideologias políticas que abraçamos. Vemos reunidas as condições contextuais e psicológicas necessárias e suficientes para a emergência das formas mais dramáticas de expressão de preconceito e racismo. De fato, são evidentes as consequências mais negativas de tudo isto para a vida da população excluída dos meios de acesso à produção. É simbolicamente ilustrativo, para a Psicologia Social interessada no estudo das relações assimétricas de poder entre os grupos, a notícia de que a primeira vítima fatal da COVID-19 no Rio de Janeiro foi uma trabalhadora doméstica contaminada por sua patroa que havia regressado de viagens internacionais. Também chama a atenção a notícia de que já está a ser disseminada a ideia da procura por um consenso sobre os critérios de seleção de casos prioritários para a ventilação mecânica de pacientes acometidos de síndrome respiratória aguda. Não será difícil imaginar que esses critérios se referem à pertença grupal do paciente. A emergência desses fenômenos é bem conhecida dos psicólogos sociais. Têm sido muito estudados nos laboratórios e em pesquisas de campo que dão suporte a diversas teorias sobre o preconceito e o racismo. Todos esses aspectos são discutidos em profundidade no livro, com exemplos e ilustrações que nos ajudam a apreender mais facilmente os conceitos e teorias analisados.

O livro tem duas seções. Na primeira, oferece-nos uma inovadora e aprofundada discussão sobre a natureza do preconceito e de suas semelhanças e diferenças com outros fenômenos psicossociais que inadvertidamente são confundidos tanto por teóricos experientes como por jovens pesquisadores. Contribuí de maneira significativa para a sistematização das principais questões que os psicólogos sociais têm colocado sobre o preconceito, a exemplo de: quais são as fases da história dos estudos sobre o preconceito e da saliência dos fatores explicativos? Qual é a importância da dimensão político-ideológica do preconceito, de seus fatores cognitivos, motivacionais e do medo e sentimento de ameaça face ao outro? Como se dão as formas de expressão flagrante e sutil de preconceito? Qual é o papel da dinâmica da estrutura das relações sociais? Será mesmo um monstro indomável o preconceito implícito decorrente do processamento automático da informação social? Ao longo dessa primeira parte encontramos as respostas que os psicólogos sociais têm dado para cada uma dessas questões, as quais nos estimulam a pensar suas potencialidades e limites de aplicação para o atual contexto histórico que vivemos.

A segunda parte faz uma análise aprofundada sobre a natureza do racismo e de suas semelhanças e diferenças em relação ao preconceito racial estudado pela Psicologia Social *mainstream*. Encontramos também um belo exercício, quase

etnográfico, sobre as características do racismo no Brasil, como suas velhas e novas formas de expressão quando categorizamos as pessoas como pertencentes a grupos raciais (racismo biológico) e étnicos (racismo cultural). Aprendemos também a identificar os níveis de análise do racismo (individual, nível cultural, nível institucional) na história do seu estudo no Brasil. Temos aqui uma oportunidade ímpar para termos os primeiros contatos com os conceitos de lusotropicalismo, democracia racial, mestiçagem, branqueamento e preconceito de ter preconceito, os quais estão presentes no pensamento brasileiro para interpretar as relações raciais e de dominação de classe no Brasil, mas que raramente têm sido objeto de estudo da Psicologia Social. O livro também nos traz uma descrição sucinta dos modelos teóricos de maior destaque na psicologia social para a redução do preconceito e do racismo e promoção da harmonia intergrupala. Por fim, oferece-nos as diretrizes para uma melhor integração entre os diversos níveis de análise do racismo.

O leitor vai encontrar uma obra muito bem redigida, suave e agradável de ler, sem perder a precisão e rigor na definição dos conceitos, no estabelecimento das relações entre eles e na decisão dos estudos que afirmam ou infirmam a pertinência dessas relações. O livro é, de fato, uma obra de valor para o desenvolvimento da Psicologia Social no Brasil, pois tem o potencial para ampliar a nossa visão sobre a análise do papel do preconceito e do racismo nas desigualdades sociais.

Cicero Roberto Pereira
Professor de Psicologia Social
Departamento de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa, 03 de Maio de 2020